

Sebastião Pedro



■ ESTADO DE ESPÍRITO – É de emoção porque depois de governar por quatro anos recebo o apoio do País pela maioria absoluta. Pela segunda vez consegui convencer que havia um rumo para o Brasil. Este resultado me emociona e deixa mais ciente das responsabilidades enormes que tenho para o povo. A determinação de fazer o que terá que ser feito para que o Brasil continue no seu rumo também me leva a uma reflexão de humildade. A responsabilidade é muito grande e a tarefa como a que estamos enfrentando no Brasil não é tarefa para ser cum-

prida por alguém que se pensa iluminado ou que pensa que só ele é dono da verdade. Pelo contrário.

■ DIÁLOGO – Eu acho que, mais do que nunca, neste momento é preciso que haja um sentimento neste País de diálogo e de solidariedade para com a Nação e objetivos que não são meus, mas que são de todos que têm sentimento da história e responsabilidade com seu semelhante. Reafirmo o que disse na campanha: estou aberto ao diálogo. Mais do que isso: acho que o Brasil precisa ter hoje não só uma oposição, mas de ter uma oposição que discuta, que aceite os resultados das urnas, respeite o povo, as opiniões assim como aqueles que têm a maioria são obrigados a respeitar o ponto de vista dos que não a têm. O diálogo hoje é um imperativo nacional e internacional.

■ Pacote – Não existe nada de pacote como toda hora ouço dizer que será anunciado por mim ou por quem quer que seja. Nós vamos preservar o real. Nós vamos conservar a estabilidade. Vamos fazer isso para que possa ter o crescimento sustentado e estável, para gerar mais empregos e continuar no caminho do social que não se dissocia da fortaleza do real, do nosso rumo e da capacidade de mantermos uma confiança em nós próprios e despertar confiança nos investidores locais e internacionais.

■ Medidas/longo prazo – A reforma da Previdência, da administração, dos impostos e política não são palavras usadas aermo. São condições necessárias para a prosperidade deste povo. Portanto, no segundo mandato eu continuarei e com mais empenho para que o Congresso dê o passo necessário para complementar reformas que são essenciais. Os resultados delas não surgem do dia para a noite, são de longo prazo. Houve mudança na situação do mundo e as formas mais abundantes de financiamento pelos abalos sofridos na Ásia e na Rússia levaram a uma restrição de créditos. Diante disso, seria irresponsável o governante que não reajustasse a economia do país à nova realidade e seguir o país no curso de todos. As reformas são essenciais. Espero que o Congresso aprove as penderes como a reforma da Previdência na sua última etapa, depois faremos novas medidas para aperfeiçoá-

la, que também o Congresso aprove a reforma administrativa para que os estados possam se ajustar e depois a reforma tributária para corrigir desvios e a reforma política.

■ Medidas/curto prazo – É preciso também responder as questões mais imediatas porque a grande crise mundial requer mais velocidade. O ponto de partido para isso é a mudança fiscal. Eu lancei no dia 23 de setembro, ainda disputando a eleição, um grande desafio do equilíbrio fiscal. Eu estou determinado a fazer isso e vou me empenhar pessoalmente, da forma mais rápida possível, enfrentando de uma só vez opções e sacrifícios necessários para que possamos voltar a crescer nos níveis também necessários e adequados o mais cedo possível. Agora pedi à área econômica que até 20 de outubro nos apresente um programa de ajuste fiscal para 1999, 2000 e 2001. Eu não estou disposto a esperar que o tempo passe e continuemos pedindo sacrifícios fiscais. É preciso que no ano que vem nós tenhamos o regime fiscal brasileiro ajustado à nova realidade de tal maneira que os gastos do Governo não pressione o sistema financeiro para que possamos baixar as taxas de juros e voltar ao crescimento sustentado. Precisamos ter resultados positivos ao longo deste próximo ano e precisamos que a nossa dívida pública pare de crescer quando comparada ao Produto Interno Bruto. Isto é a chave para baixar a taxa de juros.

■ Sem susto – Os privilégios serão coibidos. O Governo vai fazer o que diz que faria. Isso não significa que do dia para a noite as pessoas acordem e levam um susto. O Brasil todo vai discutir este programa que será apresentado no dia 20. Esse programa será mostrado aos financiadores internacionais. Com toda sinceridade, nós nunca deixamos de mostrar dado algum e não acreditamos em trapanças. Faremos o que prometemos fazer. Faremos porque eu teria traído a votação que recebi se não continuasse mantendo uma linha de austeridade para preservar o valor do real. Mas não faremos isso de modo a que as pessoas levem um susto e se desorganizem do dia para a noite e nem que os responsáveis pela produção percam o horizonte de continuar investindo.

■ Circuit Breaker – É preciso introduzir no orçamento um princípio de equilíbrio fiscal por intermédio de uma lei complementar de finanças públicas que tenha, assim como as bolsas, o *circuit breaker*, uma espécie de freio que permita parar o desmando financeiro quando começa haver desequilíbrio. É essencial que se faça isso. Não vai beneficiar o Presidente ou um partido, mas o País que precisa se libertar da permanente busca de crédito para que possa ter crédito para a produção.

■ Reforma/Estado – Devemos continuar avançando na reforma do Estado de maneira determinada. Não se trata apenas de reduzir o tamanho do Estado, mas de torná-lo capaz de prestar serviço adequado à sociedade. É preciso que se preste atenção à gestão da coisa pública, de tal maneira que vise a qualidade e não o desperdício. Este ajuste tem que recair principalmente sobre a ineficiência da máquina, sobre o excesso de pessoal, quando existir, sobre privilégios que não são aceitáveis num país que tem dificuldades, e não sobre o conjunto da sociedade. É preciso estabelecer um programa em que o peso do ajustar recaia sobre os responsáveis por estas deformações ainda existentes em nosso sistema.

■ Impostos – Vamos tomar medidas tributárias e fiscais. Vamos tomá-las eliminando brechas da sonegação, aumentando o número dos que pagam impostos e todo o tempo com transparência, negociação e prestando atenção para que não recaia mais uma vez sobre os assalariados o peso do ajuste. O ajuste tem que recair sobre o próprio sistema público na medida em que ele está gerando o desequilíbrio e sobre os que não estão dedicados a atividades produtivas e utilizam brechas no sistema tributário.

■ Dívida/estados – Tenho ouvido preocupações com frequência de governadores e políticos sobre a situação dos estados. Eles têm razão de estarem preocupados. O Governo não está pensando em fazer recair sobre quem não tem mais onde tirar recursos e sim em dar aos governadores condições, que a reforma administrativa já propicia, mas que precisa de leis complementares, para que se ajustem porque senão não terão como avançar. Não é recurso para transferir para o Tesouro Nacional, mas para equilibrar as contas dos estados dentro da autonomia dos governadores, mas cada um assumir a sua responsabilidade de fazer ajuste na sua área e terá de fazê-lo sob pena de ser visto pela sociedade como o que não teve a firmeza e a capacidade de ser leal com o povo que espera do Governo uma atitude de mais prudência e austeridade. Que os contratos firmados com o Tesouro Nacional sejam honrados. Acabou a época no Brasil de fazer acordo para não cumprir. Isso faz parte da ética democrática e da imperiosa necessidade do reajuste brasileiro.

■ Mercado de capitais – Desde que assumi o meu primeiro mandato chamei a atenção para que depois de Bretton Woods não houve mudança significativa no sistema mundial. Hoje tenho lido declarações de líderes mundiais de que é necessário criar um novo Bretton Woods. Tenho razões para repetir que uma parte da responsabilidade do que ocorre hoje no mundo deriva da falta de iniciativas mais consistentes na formação de mecanismos que permitam lidar com estes fenômenos novos do mundo globalizado.

■ Novo ministério – Nós vamos soberanamente dar uma contribuição para o mundo sair desta crise. Só esperamos que aqueles no mundo que podem cumpram os seus papéis. Fazemos isso para poder gerar mais riquezas, baixar as taxas de juros, gerar mais empregos e levar adiante as transformações econômicas no País. Vou criar um órgão, um ministério, ou transformar um ministério em efetivamente num órgão que coordene a produção nacional e que tenha condições para discutir as formas de financiamento necessárias para que o Brasil possa continuar investindo e crescendo. Nós não podemos, só porque há uma crise, deixar de ver que há problemas reais que nos dão oportunidades de avançar mais. Ao mesmo tempo, temos que sustentar programas do setor industrial, de serviço e agrícola para que ele possa seguir adiante num processo não só de modernização mas de continuidade de investimento. Temos que nos preparar para uma estratégia de política econômica que faça com que o Brasil dependa menos de capitais externos e mais de financiamento interno, até porque os capitais externos vão escassear e temos que ter condições de expandir as atividades e, por isso, penso na coordenação mais ativa do setor nacional.